

# TC Traders Club Ltda.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente	14
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	19
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020	26



# Relatório da administração

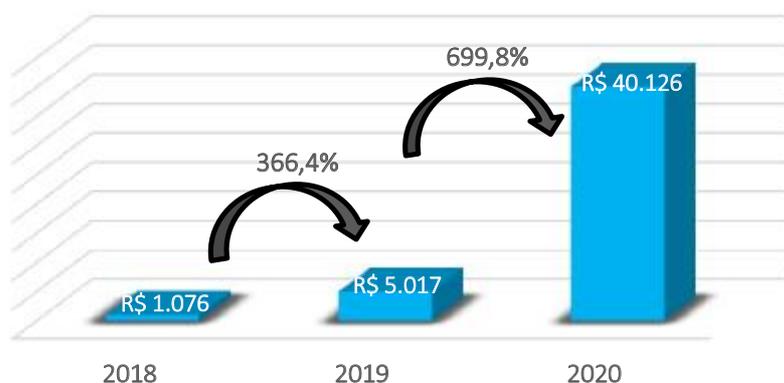
Relativo às demonstrações contábeis para os exercícios findos em  
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018



São Paulo, 31 de março de 2021 - A Traders Club Ltda (“Traders Club” ou “Empresa”) divulga os seus resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os saldos ora apresentados são comparados com os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, exceto se indicado de outra forma. As informações financeiras foram elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e as práticas contábeis adotadas no Brasil, já em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS)

## DESTAQUES

- Receita Operacional Líquida (ROL)

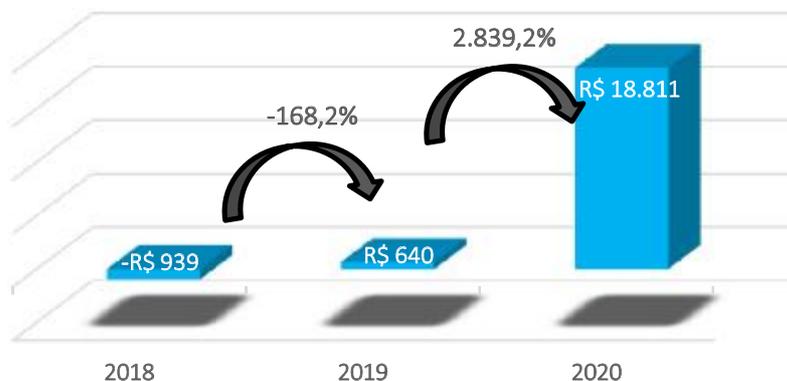


- Lucro Bruto

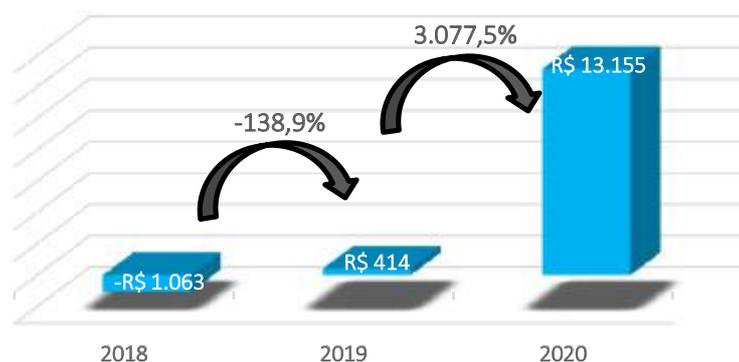




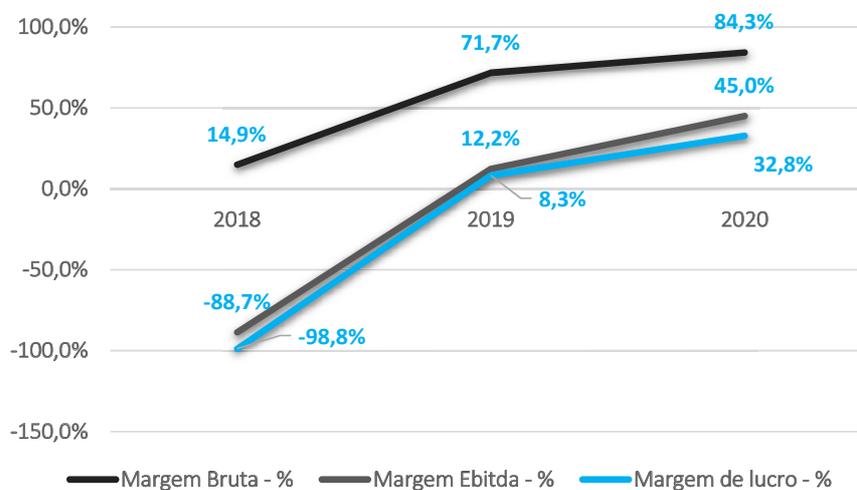
○ Resultado Operacional (Ebitda)



○ Lucro Líquido



○ Margens





## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

---

O ano de 2020 certamente será lembrado durante muitas décadas. Os desafios originados pela pandemia de Covid-19 foram imensos e sem precedentes, impactando todos os setores da economia mundial. Entretanto, a crise global ora enfrentada, teve na “tecnologia” sua grande aliada para adaptação ao que vulgarmente denominamos como “novo normal”. Todos os setores foram impactados e a tecnologia garantiu a continuidade dos negócios, apoiando a adaptação dos mais variados setores à nova realidade.

Diante de um cenário com tantas incertezas, o modelo de negócio da Traders Club foi contemplado durante o ano de 2020 com um crescimento surpreendente. A gradativa redução da taxa referencial Selic, a qual impactou severamente os rendimentos aferidos em aplicações financeiras tradicionais, originou um grande contingente de novos investidores pessoas físicas à Bolsa de Valores (B3). Durante o ano de 2020, o número de investidores pessoas físicas atingiu o patamar de 3,2MM de usuários, o que representa um incremento em torno de 2,0MM de usuários somente no ano de 2020. Este novo investidor, sentindo-se despreparado para entender os produtos e riscos de operar com renda variável, encontrou na Traders Club um ambiente seguro de treinamento (capacitação), divulgação de informações e oportunidades de rendimentos no mercado financeiro.

Como reflexo de nossa rápida expansão, a Administração da Empresa avançou em agendas para aprimoramento de sua Governança, dentre as quais podemos destacar a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Além disso, para 2021, procedemos à contratação de um *officer* de Compliance, estabelecimento de normas de conduta e ética alinhadas ao propósito da Empresa e aprimoramento dos órgãos de governança corporativa

Com grande senso de responsabilidade que a pandemia nos exigiu, envidamos todos os esforços para preservar a saúde de nossos colaboradores e a manutenção das nossas operações, fortemente demandas durante o ano de 2020. Nossa área de Recursos Humanos desenvolveu protocolos mínimos de segurança para retorno às atividades.

Apesar de desafiador, acreditamos que 2021 será um ano de renovação. Os impactos da revolução tecnológica ocorrida durante 2020 serão potencializados nos próximos anos. Estamos confiantes na capacidade de crescimento da Empresa, com a conseqüente geração de valor aos nossos *stakeholders*.

### Cenário econômico

No ano de 2020, o mundo foi fortemente impactado pela pandemia de Covid-19, o que ocasionou mudanças representativas na relação de trabalho, na saúde pública e desempenho econômico dos países ao redor do globo. A comercialização de produtos e serviços também foi fortemente impactada, por um modelo baseado em tecnologia e comodidade. Os modelos de ensino e treinamento foram amplamente modificados para uma versão remota de aprendizado.

No Brasil, o ambiente político foi marcado por certa instabilidade. As necessárias ações para enfrentamento da pandemia, por vezes colocaram os poderes Executivo e Legislativo em direções opostas. Entretanto, mesmo diante deste cenário, é mister destacarmos as ações para o combate da pandemia e programas de ajuda social emergencial, visando o atendimento da população menos favorecida, implementados pelo governo brasileiro.

Apesar da esperada queda do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de (4,1%) no ano de 2020, temos que destacar o crescimento do PIB brasileiro em 7,7% no 3º trimestre de 2020 e 3,2% no 4º trimestre 2020, os quais demonstram uma capacidade de recuperação da economia brasileira durante o ano de 2021.

A grande maioria dos economistas imputam a capacidade de retomada da economia brasileira e mundial durante 2021, à capacidade de imunização (vacinação) que será promovida pelos países. Atualmente, a imunização no Brasil



ocorre de forma menos acelerada do que gostaríamos, mas existem perspectivas positivas para 2º trimestre e principalmente 2º semestre de 2021. Diante deste cenário, a expectativa de crescimento do PIB brasileiro para 2021 gira em torno de 3,5% - 4,0%.

Dentre os principais indicadores econômicos de 2020, destacamos:

- **Taxa câmbio:** forte desvalorização da moeda brasileira, com o dólar norte-americano chegando ao patamar mais alto dos últimos 10 anos;
- **Inflação:** a inflação brasileira, medida pelo IGP-M teve intensa variação mensal durante o ano de 2020 e fechou com uma alta acumulada em 23,14%. O IPCA encerrou 2020 em 4,52%, 0,21 ponto percentual acima dos 4,31% registrados em 2019.
- **Taxa de juros:** a taxa Selic fechou o ano de 2020 em 2,0%, menor patamar histórico da taxa referencial.

Apesar dos desafios enfrentados na conjuntura econômica, a realidade de um taxa Selic em 2,0% ao ano impulsionou fortemente o mercado de capitais brasileiro, o qual encontra-se em franca transformação com a chegada de novos investidores que representaram um incremento de 2,0MM de usuários pessoas físicas na bolsa de valores (B3) durante o ano de 2020, conforme mencionado anteriormente.

No plano setorial, a pandemia de Covid-19 impulsionou o hábito das compras de produtos e serviços online e o trabalho remoto (home office) se tornou uma realidade imediata para as empresas, as quais aumentaram significativamente a demanda por novas tecnologias e ferramentas para controle e crescimento da produtividade.

Para 2021, a questão preponderante será como e quando se dará o retorno à “normalidade” ou ao “novo normal”, cenário o qual é impossível se prever neste momento. Apesar das dificuldades que ainda serão enfrentadas durante o ano de 2021, a injeção de estímulos mundo afora deverá originar uma forte retomada das economias mundiais durante os anos de 2021 e 2022. A economia brasileira, possui o desafio adicional de promover seu ajuste fiscal. As reformas administrativa, tributária e o controle do gasto público (teto dos gastos) serão pautas importantes para o ano de 2021.

## COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

### o PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS:

Em R\$.000	2020	2019	Var %	2019	2018	Var %
Receita Operacional Líquida	40.126	5.017	699,8%	5.017	1.076	366,4%
Lucro Bruto	33.816	3.598	839,9%	3.598	160	2148,8%
Margem Bruta (%)	84,3%	71,7%		71,7%	14,9%	
Resultado Operacional (EBITDA)	18.811	640	2839,2%	640	(939)	-168,2%
Margem EBITDA	46,9%	12,8%		12,8%	-87,3%	
Lucro Líquido	13.155	414	3077,5%	414	(1.063)	-138,9%
Margem Líquida	32,8%	8,3%		8,3%	-98,8%	

### o RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)

Em R\$.000	2020	2019	Var %	2019	2018	Var %
Receita Operacional Líquida	40.126	5.017	699,8%	5.017	1.076	366,4%



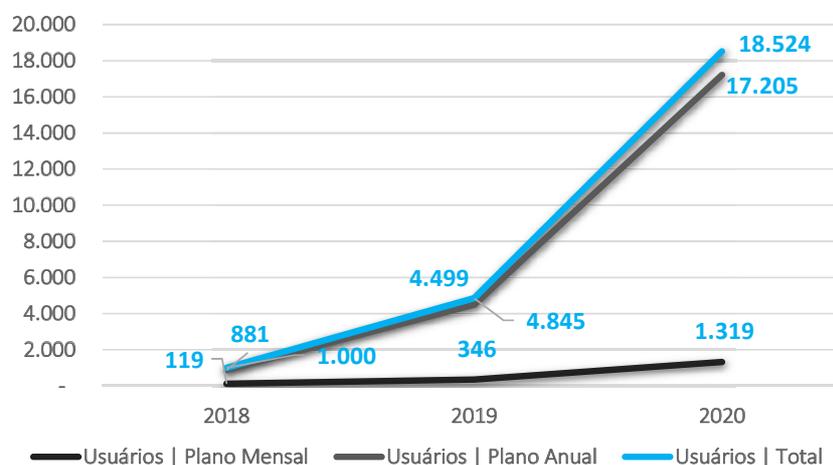
As receitas líquidas da Empresa totalizaram - R\$40.126 mil no ano de 2020, representando um crescimento de R\$35.109 mil ou **699,8%** quando comparado com 2019 (Em 2019 a Empresa obteve um crescimento da receita líquida de R\$3.941 mil ou **366,4%** quando comparado com 2018). Trata-se de um crescimento representativo durante os últimos 3 (três) anos, o qual demonstra a velocidade de *ramp up* das operações da Empresa, iniciadas no final de 2017.

O representativo crescimento das receitas líquidas da Empresa, encontra-se diretamente relacionado ao crescimento do número de usuários da plataforma de treinamentos – TC, a qual ratifica a “escalabilidade” das suas operações. Abaixo apresentamos informações detalhadas sobre a evolução no número de usuários:

- Dados de usuários da plataforma TC, no encerramento dos exercícios:

Usuários   TC	2018	2019	2020
Mover Pro   Mensal	31	211	182
Mover Pro   Anual	234	1.196	871
TC Master   Mensal	88	135	263
TC Master   Anual	647	3.303	5.430
TC Master Viewer   Mensal	-	-	874
TC Master Viewer   Anual	-	-	10.795
TC Private	-	-	109
<b>Usuários   Encerramento dos exercícios</b>	<b>1.000</b>	<b>4.845</b>	<b>18.524</b>

- Evolução gráfica da evolução de usuários da plataforma TC:



#### ○ LUCRO BRUTO | MARGEM BRUTA (%)

Em R\$.000	2020	2019	Var %	2019	2018	Var %
Lucro Bruto	33.816	3.598	839,9%	3.598	160	2148,8%
Margem Bruta (%)	84,3%	71,7%		71,7%	14,9%	

O lucro bruto da Empresa totalizou – R\$33.816 mil no ano de 2020, representando um crescimento de R\$30.218 mil ou **839,9%** quando comparado com 2019 (Em 2019 a Empresa obteve um crescimento do lucro bruto de R\$3.438 mil ou **2.148,8%** quando comparado com 2018).



As margens brutas da Empresa melhoraram significativamente de 2018 a 2020, decorrente principalmente do ganho de escala advindo do aumento da base de usuários da plataforma de treinamento – TC, atingindo em 2020 uma margem bruta de **84,3%**, ante **71,7%** em 2019 e **14,9%** em 2018.

o RESULTADO OPERACIONAL | MARGEM EBITDA (%)

Em R\$.000	2020	2019	Var %	2019	2018	Var %
<b>Lucro Líquido</b>	<b>13.155</b>	<b>414</b>		<b>414</b>	<b>(1.063)</b>	-138,9%
(+) Tributo sobre o lucro	4.656	187		187	103	
(+) Resultado financeiro, líquido	241	12		12	6	
(+) Depreciação e amortização	759	27		27	15	
<b>Resultado Operacional (EBITDA)</b>	<b>18.811</b>	<b>640</b>	2839,2%	<b>640</b>	<b>(939)</b>	-168,2%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>46,9%</b>	<b>12,8%</b>		<b>12,8%</b>	<b>-87,3%</b>	

O resultado operacional (EBITDA) da Empresa totalizou – R\$18.811 mil no ano de 2020, representando um crescimento de R\$18.171 mil ou **2.839,2%** quando comparado com 2019 (Em 2019 a Empresa obteve um crescimento do resultado operacional - EBITDA de R\$1.579 mil ou **-168,2%** em comparação com 2018, quando o resultado foi negativo em **(R\$939)** mil).

As margens EBITDA da Empresa cresceram significativamente de 2018 a 2020, decorrente do ganho de escala advindo do aumento da base de usuários da plataforma de treinamento – TC, conforme mencionada anteriormente. Proveniente do seu modelo de negócio, a “escalabilidade” da Empresa proporciona um crescimento gradual da receita com prestação de serviço, sem impactar proporcionalmente seus gastos (fixos e variáveis) para acompanhamento do crescimento. Em 2020 a Empresa atingiu uma margem EBITDA de **46,9%**, ante **12,8%** em 2019 e **(87,3%)** em 2018.

o LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO | MARGEM DE LUCRO (%)

Em R\$.000	2020	2019	Var %	2019	2018	Var %
<b>Lucro / (Prejuízo) Líquido</b>	<b>13.155</b>	<b>414</b>	3077,5%	<b>414</b>	<b>(1.063)</b>	-138,9%
<b>Margem Líquida</b>	<b>32,8%</b>	<b>8,3%</b>		<b>8,3%</b>	<b>-98,8%</b>	

O lucro líquido da Empresa totalizou – R\$13.155 mil no ano de 2020, representando um crescimento de R\$12.741 mil ou **3.077,5%** quando comparado com 2019 (Em 2019 a Empresa obteve um crescimento do lucro líquido de R\$1.477 mil ou **-138,9%** em comparação com 2018, quando a Empresa reportou prejuízo de **(R\$1.063)** mil).

Estrutura de capital

o POSIÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (líquido do endividamento)

Consolidado	R\$.000	2020	2019	2018
<b>Endividamento total</b>		-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa		6.180	336	75
Caixa e equivalentes de caixa (restrito)		850	-	-
<b>Caixa líquido / (Dívida líquida)</b>		<b>7.030</b>	<b>336</b>	<b>75</b>



## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

A política da Empresa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Grant Thornton Auditores Independentes não foi contratada para a execução de serviços não relacionados à auditoria externa. A remuneração dos auditores independentes nos exercícios sociais supramencionados atingiu o montante de R\$381.370,05 mil, pertinente aos trabalhos realizados nos referidos exercícios.



## ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

ANEXO I - Demonstração do Resultado (consolidado)- R\$.000			
	31/12/2017	00/01/1900	31/12/2020
Receita líquida	40.126	5.017	1.076
Custo do serviço prestado	(6.310)	(1.419)	(916)
<b>Lucro bruto</b>	<b>33.816</b>	<b>3.598</b>	<b>160</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas com vendas / marketing	(6.062)	(1.406)	(471)
Gerais e administrativas	(9.702)	(1.578)	(647)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	4
	(15.764)	(2.984)	(1.114)
<b>Lucro / Prejuízo operacional antes do financeiro</b>	<b>18.052</b>	<b>614</b>	<b>(954)</b>
Receita financeira	58	6	1
Despesa financeira	(299)	(19)	(7)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(241)</b>	<b>(13)</b>	<b>(6)</b>
<b>Lucro / Prejuízo antes do IR e CS</b>	<b>17.811</b>	<b>601</b>	<b>(960)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.656)	(187)	(103)
<b>Lucro / Prejuízo do exercício</b>	<b>13.155</b>	<b>414</b>	<b>(1.063)</b>



## ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

ANEXO II - Balanço Patrimonial (consolidado)- R\$.000			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6.180	336	75
Contas a receber	4.196	769	147
Adiantamentos	87	27	-
Impostos a recuperar	27	17	-
Outros créditos	163	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>10.653</b>	<b>1.149</b>	<b>222</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Outros créditos	1.150	-	-
Imobilizado	5.624	217	99
Intangível	2.587	208	89
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>9.361</b>	<b>425</b>	<b>188</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>20.014</b>	<b>1.574</b>	<b>410</b>
<b>PASSIVO</b>			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Passivo circulante</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas	43	9	22
Obrigações tributárias	2.071	132	81
Passivo de contrato	1.948	573	237
Arrendamento	1.010	-	-
Partes relacionadas	-	1.145	791
Outras contas a pagar	337	60	38
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>5.409</b>	<b>1.919</b>	<b>1.169</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Arrendamento	2.041	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.041</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	5.000	1.005	1.005
Lucros / Prejuízos acumulados	7.564	(1.350)	(1.764)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>12.564</b>	<b>(345)</b>	<b>(759)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>20.014</b>	<b>1.574</b>	<b>410</b>



## ANEXO III – FLUXO DE CAIXA

## ANEXO III - Demonstrações do fluxo de caixa (consolidado)- R\$.000

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Das atividades operacionais</b>			
Resultado do exercício	<u>13.155</u>	<u>414</u>	<u>(1.063)</u>
<b>Ajustes por:</b>			
Depreciações e amortizações	759	27	15
Resultado de equivalência patrimonial	0	0	0
Despesa de Juros	<u>120</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>14.034</u>	<u>441</u>	<u>(1.048)</u>
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>			
Contas a receber	(3.427)	(622)	(12)
Adiantamentos	(60)	(27)	0
Impostos a recuperar	(10)	(17)	0
Outros	(1.313)	0	0
<b>(Decréscimo) acréscimo em passivos</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas	34	(13)	18
Obrigações tributárias	1.939	51	80
Adiantamento de clientes	1.375	336	104
Outras contas a pagar	<u>277</u>	<u>23</u>	<u>11</u>
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>	<u>12.849</u>	<u>172</u>	<u>(847)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	(2.639)	(144)	(44)
Aquisição de intangível	<u>(2.406)</u>	<u>(121)</u>	<u>(89)</u>
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<u>(5.045)</u>	<u>(265)</u>	<u>(133)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de arrendamentos	(569)	0	0
Partes relacionadas - ativo	0	0	0
Partes relacionadas - passivo	(1.145)	354	91
Integralização de capital	3.995	0	960
Distribuição de lucros	<u>(4.241)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
<b>Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos</b>	<u>(1.960)</u>	<u>354</u>	<u>1.051</u>
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>5.844</u>	<u>261</u>	<u>71</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	336	75	4
No final do exercício	<u>6.180</u>	<u>336</u>	<u>75</u>
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>5.844</u>	<u>261</u>	<u>71</u>

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Cotistas da  
**TC Traders Club Ltda.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da TC Traders Club Ltda. (“Empresa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nestas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidadas, da Empresa em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, os desempenhos individuais e consolidados de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos nestas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### 1. Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nº 7 item “c” e nº 21)

#### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Devido ao setor de atuação, a Empresa possui montante significativo de receitas de prestação de serviços com assinaturas, cursos e treinamentos realizados através de sua plataforma digital. Tais receitas são reconhecidas no momento em que as respectivas obrigações de desempenho são atendidas e envolvem montantes relevantes, pulverizados e descentralizados que, em sua maioria, são liquidados por meio de operações parceladas via cartões de crédito por parte dos usuários. Considerando o volume transacionado das vendas parceladas e a determinação dos controles para identificar e mensurar as vendas a serem faturadas ao longo do tempo (no momento em que a Empresa satisfaz as obrigações de desempenho), consideramos o reconhecimento de receita de prestação de serviços com assinaturas, cursos e treinamentos como um dos principais assuntos de auditoria.

#### Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento do processo e levantamentos dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas com assinaturas e treinamentos através do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das receitas, bem como análise das premissas utilizadas pela administração da Empresa para o reconhecimento de receitas, observando se as políticas para reconhecimento das receitas estavam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards (Iasb)*;
- realização de procedimentos substantivos (testes de detalhe) para as vendas com assinaturas e treinamentos através de amostragens selecionadas de forma estatística, tendo como objetivo a análise e a validação do reconhecimento e mensuração das vendas de acordo com o plano contratado por cada usuário;
- realização de procedimento de confirmação de saldos junto às operadoras de cartão de crédito e avaliação dos critérios para constituição de perdas esperadas com *chargeback*; e
- avaliação das divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Empresa para mensuração, registro e divulgação das receitas de prestação de serviços com assinaturas, cursos e treinamentos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações individuais e consolidadas dos valores adicionados (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

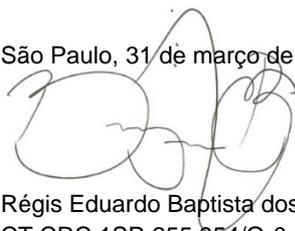
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021



Régis Eduardo Baptista dos Santos  
CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

# TC Traders Club Ltda

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	ATIVO			Consolidado		
		Controladora					
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.161	336	75	6.180	336	75
Contas a receber	9	4.196	769	147	4.196	769	147
Adiantamentos	-	82	27	-	87	27	-
Impostos a recuperar	-	27	17	-	27	17	-
Outros créditos	10	163	-	-	163	-	-
Partes relacionadas	18	170	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>10.799</u>	<u>1.149</u>	<u>222</u>	<u>10.653</u>	<u>1.149</u>	<u>222</u>
<b>Ativo não circulante</b>							
Outros créditos	10	1.150	-	-	1.150	-	-
Investimentos	11	7	-	-	-	-	-
Imobilizado	12	5.471	217	99	5.624	217	99
Intangível	13	2.587	208	89	2.587	208	89
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>9.215</u>	<u>425</u>	<u>188</u>	<u>9.361</u>	<u>425</u>	<u>188</u>
<b>Total Ativo</b>		<u>20.014</u>	<u>1.574</u>	<u>410</u>	<u>20.014</u>	<u>1.574</u>	<u>410</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# TC Traders Club Ltda

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

### PASSIVO

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Passivo circulante</b>							
Obrigações sociais e trabalhistas	-	43	9	22	43	9	22
Obrigações tributárias	14	2.071	132	81	2.071	132	81
Passivo de contrato	16	1.948	573	237	1.948	573	237
Arrendamento	17	1.010	-	-	1.010	-	-
Partes relacionadas	18	-	1.145	791	-	1.145	791
Outras contas a pagar	-	337	60	38	337	60	38
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.409</b>	<b>1.919</b>	<b>1.169</b>	<b>5.409</b>	<b>1.919</b>	<b>1.169</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
Arrendamento	17	2.041	-	-	2.041	-	-
Provisão para contingências	19	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.041</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.041</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	20	5.000	1.005	1.005	5.000	1.005	1.005
Reserva de lucros		7.564	-	-	7.564	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados		-	(1.350)	(1.764)	-	(1.350)	(1.764)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>12.564</b>	<b>(345)</b>	<b>(759)</b>	<b>12.564</b>	<b>(345)</b>	<b>(759)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>20.014</b>	<b>1.574</b>	<b>410</b>	<b>20.014</b>	<b>1.574</b>	<b>410</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# TC Traders Club Ltda

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	21	40.126	5.017	1.076	40.126	5.017	1.076
Custo do serviço prestado	22	(6.272)	(1.419)	(916)	(6.310)	(1.419)	(916)
<b>Lucro bruto</b>		<b>33.854</b>	<b>3.598</b>	<b>160</b>	<b>33.816</b>	<b>3.598</b>	<b>160</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>							
Despesas com vendas / marketing	22	(6.062)	(1.406)	(471)	(6.062)	(1.406)	(471)
Gerais e administrativas	22	(9.688)	(1.578)	(647)	(9.702)	(1.578)	(647)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	22	-	-	4	-	-	4
Equivalência patrimonial	11	(52)	-	-	-	-	-
		<b>(15.802)</b>	<b>(2.984)</b>	<b>(1.114)</b>	<b>(15.764)</b>	<b>(2.984)</b>	<b>(1.114)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>18.052</b>	<b>614</b>	<b>(954)</b>	<b>18.052</b>	<b>614</b>	<b>(954)</b>
Receita financeira	23	58	6	1	58	6	1
Despesa financeira	23	(299)	(19)	(7)	(299)	(19)	(7)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(241)</b>	<b>(13)</b>	<b>(6)</b>	<b>(241)</b>	<b>(13)</b>	<b>(6)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>17.811</b>	<b>601</b>	<b>(960)</b>	<b>17.811</b>	<b>601</b>	<b>(960)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(4.656)	(187)	(103)	(4.656)	(187)	(103)
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<b>13.155</b>	<b>414</b>	<b>(1.063)</b>	<b>13.155</b>	<b>414</b>	<b>(1.063)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## TC Traders Club Ltda

### Demonstrações dos resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro / Prejuízo do exercício	13.155	414	(1.063)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>13.155</u></u>	<u><u>414</u></u>	<u><u>(1.063)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# TC Traders Club Ltda

## Demonstrações das mutações no patrimônio líquido - Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018 (não auditado)</b>		45	-	(701)	(656)
Aumento de capital	20. a)	960	-	-	960
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.063)	(1.063)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>1.005</b>	<b>-</b>	<b>(1.764)</b>	<b>(759)</b>
Lucro do exercício	-	-	-	414	414
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>1.005</b>	<b>-</b>	<b>(1.350)</b>	<b>(345)</b>
Aumento de capital	20. a)	3.995	-	-	3.995
Lucro do exercício	-	-	-	13.155	13.155
Dividendos distribuídos	20. c)	-	-	(4.241)	(4.241)
Reserva de lucros		-	7.564	(7.564)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>5.000</b>	<b>7.564</b>	<b>-</b>	<b>12.564</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## TC Traders Club Ltda

### Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Das atividades operacionais</b>						
Resultado do exercício	13.155	414	(1.063)	13.155	414	(1.063)
<b>Ajustes por:</b>						
Depreciações e amortizações	756	27	15	759	27	15
Resultado de equivalência patrimonial	52	-	-	-	-	-
Despesa de Juros	120	-	-	120	-	-
	14.083	441	(1.048)	14.034	441	(1.048)
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>						
Contas a receber	(3.427)	(622)	(12)	(3.427)	(622)	(12)
Adiantamentos	(55)	(27)	-	(60)	(27)	-
Impostos a recuperar	(10)	(17)	-	(10)	(17)	-
Outros	(1.313)	-	-	(1.313)	-	-
<b>(Decréscimo) acréscimo em passivos</b>						
Obrigações sociais e trabalhistas	34	(13)	18	34	(13)	18
Obrigações tributárias	1.939	51	80	1.939	51	80
Adiantamento de clientes	1.375	336	104	1.375	336	104
Outras contas a pagar	278	23	11	277	23	11
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	12.904	172	(847)	12.849	172	(847)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>						
Aquisição de investimento	(59)	-	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(2.484)	(144)	(44)	(2.639)	(144)	(44)
Aquisição de intangível	(2.406)	(121)	(89)	(2.406)	(121)	(89)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	(4.949)	(265)	(133)	(5.045)	(265)	(133)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>						
Pagamento de arrendamentos	(569)	-	-	(569)	-	-
Partes relacionadas - ativo	(170)	-	-	-	-	-
Partes relacionadas - passivo	(1.145)	354	91	(1.145)	354	91
Integralização de capital	3.995	-	960	3.995	-	960
Distribuição de lucros	(4.241)	-	-	(4.241)	-	-
<b>Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos</b>	(2.130)	354	1.051	(1.960)	354	1.051
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	5.825	261	71	5.844	261	71
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
No início do exercício	336	75	4	336	75	4
No final do exercício	6.161	336	75	6.180	336	75
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	5.825	261	71	5.844	261	71

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## TC Traders Club Ltda

### Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas</b>						
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	42.983	5.713	1.147	42.983	5.713	1.147
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
	<u>42.983</u>	<u>5.713</u>	<u>1.147</u>	<u>42.983</u>	<u>5.713</u>	<u>1.147</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(6.200)	(1.352)	(916)	(6.237)	(1.352)	(916)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.672)	(2.771)	(835)	(13.683)	(2.771)	(834)
Outras	-	-	4	-	-	4
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>23.111</u>	<u>1.590</u>	<u>(600)</u>	<u>23.063</u>	<u>1.590</u>	<u>(599)</u>
Depreciação e amortização	(756)	(27)	(15)	(759)	(27)	(15)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Empresa</b>	<u>22.355</u>	<u>1.563</u>	<u>(615)</u>	<u>22.304</u>	<u>1.563</u>	<u>(614)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>						
Receitas financeiras	58	6	1	58	6	1
Resultado de equivalência patrimonial	(52)	-	-	-	-	-
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>22.361</u>	<u>1.569</u>	<u>(614)</u>	<u>22.362</u>	<u>1.569</u>	<u>(613)</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<u>22.361</u>	<u>1.569</u>	<u>(614)</u>	<u>22.362</u>	<u>1.569</u>	<u>(613)</u>
<b>Pessoal e encargos</b>						
Remuneração direta	210	81	105	210	81	105
Benefícios	768	32	109	768	32	109
F.G.T.S.	7	9	8	7	9	8
	<u>985</u>	<u>122</u>	<u>222</u>	<u>985</u>	<u>122</u>	<u>222</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>						
Federais	6.383	748	169	6.384	748	170
Municipais	1.405	170	33	1.405	170	33
	<u>7.788</u>	<u>918</u>	<u>202</u>	<u>7.789</u>	<u>918</u>	<u>203</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>						
Juros	299	19	7	299	19	7
Aluguéis	134	96	18	134	96	18
	<u>433</u>	<u>115</u>	<u>25</u>	<u>433</u>	<u>115</u>	<u>25</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>						
Lucros retidos e prejuízos do exercício	8.914	414	(1.063)	8.914	414	(1.063)
Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos	4.241	-	-	4.241	-	-
	<u>13.155</u>	<u>414</u>	<u>(1.063)</u>	<u>13.155</u>	<u>414</u>	<u>(1.063)</u>
	<u>22.361</u>	<u>1.569</u>	<u>(614)</u>	<u>22.362</u>	<u>1.569</u>	<u>(613)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais (R\$) – exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A TC Traders Club Ltda. (“TC”, “Empresa” ou “Grupo”), foi constituída em 15 de setembro de 2016, sediada na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 748 – 7º andar, São Paulo - SP. A TC tem em seu objeto social as seguintes atividades: i) treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial; ii) operação de páginas e portais da internet que atualizam periodicamente seu conteúdo, gerando e mantendo informações sobre o mercado financeiro, empresarial e do sistema político brasileiro; iii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; iv) atividades de organização e promoção de feiras, congressos, convenções, conferências e exposições comerciais e ou profissionais, seja pela internet ou evento físico; v) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; vi) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não – customizáveis; vii) consultoria em tecnologia da informação; e viii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

A Empresa possuía um total de usuários (assinaturas ativas) no encerramento dos exercícios de 2020, 2019 e 2018, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019	2018
Usuários   Plataforma de treinamento - TC	18.524	4.845	1.000

### Empresas controladas

**Tradersnews Informações e Educação Ltda:** A empresa foi constituída em junho de 2018, com objetivo de realizar treinamentos e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial. Atualmente a controlada encontra-se em fase pré-operacional.

**TC Matrix Ltda:** A empresa foi constituída em setembro de 2020, com objetivo de desenvolver e licenciar programas de computador customizáveis e não customizáveis.



**TC Radio Ltda.:** A Empresa foi constituída em dezembro de 2020, com objetivo de prestar serviços de Web Rádio. As atividades da controlada se iniciaram no 1º trimestre de 2021.

As controladas acima citadas, que se encontravam em operação ou fase pré-operacional até 31 de dezembro de 2020, compõem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa. A participação em cada controlada está sendo apresentada na tabela a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Tradersnews Informações e Educação Ltda.	99,99%	99,99%	99,99%
TC Matrix Ltda.	99,99%	-	-
TC Radio Ltda.	99,99%	-	-

### Covid-19

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (Covid-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta global de pandemia do novo Coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global.

Diante deste cenário, o Grupo analisou os impactos advindos da pandemia de Covid-19 e vem adotando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade normal de suas operações.

Apesar da intensidade da crise deflagrada pela Covid-19 na saúde pública e economia mundial, a mudança de hábito da população, decorrente principalmente da necessidade de isolamento social, mudanças no modelo de trabalho (ampla utilização do home office) e redução das atividades de lazer, levaram a população brasileira à uma nova realidade, na qual a tecnologia se tornou uma grande aliada das empresas e famílias. Adiciona-se a esse cenário, a política monetária brasileira que imputou uma mudança importante no mercado, quando determinou a taxa Selic em 2% ao ano, fato que levou grande parte da população brasileira à procurar alternativas de investimentos. Neste cenário, apesar de todas as dificuldades e males causados pela Covid-19, a TC vivenciou um forte crescimento dos seus números de usuários, conforme demonstrado anteriormente.

Com base no exposto anteriormente, o Grupo entende que os impactos em suas demonstrações contábeis e desempenho operacional e financeiro não foram afetados durante o exercício de 2020 como consequência da pandemia de Covid-19. As reservas de caixa, o baixo endividamento, o crescimento observado de 282% no número de usuários e o crescimento de 700% da receita líquida em 2020, quando comparado com 2019, reforçam a capacidade de a Companhia manter os investimentos necessários à continuidade de suas operações. Desde 2018 a 2020, houve crescimento de 1752%, em número de usuários, representando um impacto de R\$37.626 nas receitas líquidas da Companhia do exercício social de 2020.

## 2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Empresa em 31 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.



### 3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### (a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

- Nota explicativa nº 21 - reconhecimento de receita: se a receita de venda de assinaturas e venda de treinamentos é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- Nota explicativa nº 13 - reconhecimento do ativo intangível (CPC 4 (R1)): Diante do constante desenvolvimento e aprimoramento do software (plataforma) utilizado pelo Grupo, apenas os gastos integralmente identificados e controlados para desenvolvimento e evolução da plataforma são ativados, em decorrência de sua geração de benefícios futuros.
- Nota explicativa nº 17 - Prazo do arrendamento: o Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

#### (b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3.g - principais premissas em relação ao prazo de amortização do desenvolvimento de softwares;
- Nota explicativa nº 19 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

#### (c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.



## 5. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente a NBC TG 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, ambas de forma retrospectiva. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis do Grupo.

### **NBC TG 47 Receita de contrato com cliente/IFRS 15**

A NBC TG 47/IFRS 15 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Referido normativo substituiu a NBC TG 30 - Receitas, a NBC TG 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O Grupo adotou a NBC TG 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

### **NBC TG 48 Instrumentos Financeiros/IFRS 9**

A NBC TG 48/IFRS 9 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38 (R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

#### **(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros**

A NBC TG 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) e Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48/IFRS 9 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38 (R3) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com a NBC TG 48/IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48/IFRS 9 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38 (R3) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

#### **(ii) Impairment de ativos financeiros**

A NBC TG 48/IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48/IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38 (R3).

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48/IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48/IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo.



### **NBC TG 06 (R3) Arrendamento/IFRS 16**

O Grupo adotou a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo:

#### **(a) Definição de arrendamento**

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme a NBC ITG 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

Na transição para a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NBC TG 06 (R2) e NBC ITG 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 foi aplicado apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2018.

#### **(b) Como arrendatário**

Como arrendatário, o Grupo arrenda basicamente imóveis. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou informação retrospectiva ao determinar o prazo do arrendamento.



### **(c) Impacto nas demonstrações contábeis**

Na transição para a NBC TG (R3)/IFRS 16, o Grupo não reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos de arrendamento adicionais, considerando que não havia contrato com componente de arrendamento anterior ao exercício social de 2020. Portanto, não houve impacto na transição.

## **6. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

## **7. Políticas contábeis**

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

### **(a) Base de consolidação**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **(b) Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### **(c) Receita de contrato com cliente**

O Grupo efetuou a adoção da NBC TG 47 – Receita de contratos com clientes/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018. A norma trouxe os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações e efetiva realização da prestação de serviços; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à efetiva prestação de serviços objeto do contrato firmado entre as partes e (5) reconhecimento da receita no correto período de competência, ou seja, execução efetiva dos serviços contratados. A nova norma substituiu a NBC TG 17 - Contratos de Construção, a NBC TG 30 – Receitas e correspondentes interpretações.



O Grupo adotou a nova norma na data de vigência requerida, de forma prospectiva, pois avaliou os impactos detalhados dos aspectos referentes à mensuração e divulgação das obrigações de performance e contrapartida esperada na venda de assinaturas e prestação dos serviços de treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial, bem como efetuou análise de determinadas obrigações contratuais estabelecidas no momento da contratação dos referidos serviços, cujos efeitos da avaliação dos impactos de adoção a NBC TG 47/IFRS 15 não foram significativos para as demonstrações contábeis do Grupo.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pelo Grupo. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há não previsão de variabilidade sobre as transações de receitas.

A seguir estão detalhadas o número de usuários da plataforma de treinamento – TC, considerando o encerramento de cada exercício:

	2020	2019	2018
Usuários   Plataforma de treinamento - TC	18.524	4.845	1.000

#### **Identificação do contrato com o cliente**

Os acordos celebrados (termos e condições) entre o Grupo e os usuários contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

#### **(d) Benefícios a empregados**

##### **(i) Benefícios de curto prazo a colaboradores**

Obrigações de benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### **(ii) Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

#### **(e) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- taxas de intermediações com operadoras de cartão.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.



No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

#### **(f) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios de 2018 e 2020 foram apurados através do regime de lucro presumido. Para o exercício de 2019, o imposto de renda e contribuição social foi calculado pelo regime do lucro real, através da aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideraram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R1) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37).

##### **(i) Imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **(g) Imobilizado**

##### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

##### **(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

##### **(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.



As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2020	2019	2018
Máquinas e Equipamentos de informática	5 anos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 anos	3 anos	3 anos
Direito de uso	3 anos	-	-

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### (h) Ativos intangíveis

##### (i) Reconhecimento e mensuração

###### **Pesquisa e desenvolvimento (software)**

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

###### **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

##### (ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### (iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes:

	2020	2019	2018
	5 anos	5 anos	5 anos

- (i) Refere-se à plataforma (software) TC (Aplicativo e Site), desenvolvido internamente pela Empresa, em processo de desenvolvimento contínuo de novas soluções e melhoria das existentes.

A plataforma (software) registrada como um ativo intangível, após o reconhecimento inicial aplicando os requisitos da NBC TG 04 (R3) Ativo Intangível (IAS 38), é amortizada pelo período esperado de vida útil e benefício econômico de 5 anos, e avaliado por *impairment* quando e se houver indicativos para tal.



Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **(i) Instrumentos financeiros**

### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

#### **Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.



### **(iii) Desreconhecimento**

#### **Ativos financeiros**

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### **Passivos financeiros**

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. O Grupo como parte de sua política de fluxo de caixa, procede com a antecipação dos recebíveis junto a operadora de meio de pagamento, da forma que reconhece o passivo antecipado e a despesa financeira auferida nesta operação, visto que, em essência tais antecipações tem característica de instrumento de dívida, em decorrência da não satisfação da obrigação de performance e conseqüentemente reconhecimento da receita.

### **(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **(j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

#### **(i) Ativos financeiros não-derivativos**

##### **Instrumentos financeiros e ativos contratuais**

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ativos de contrato.

#### **(ii) Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.



O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **(k) Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

#### **(l) Arrendamentos**

O Grupo aplicou a NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial.

#### **Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza as definições de arrendamento previstas na NBC TG 06 (R3)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a desde 1º de janeiro de 2019.

#### **(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.



O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento no "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento" no balanço patrimonial.

#### **(m) Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.



Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

#### (n) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Durante o exercício de 2020, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2020. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira do Grupo foram os seguintes:

- Definição de negócios (alterações ao IFRS 3);
- Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8);
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7);
- Alterações às referências à estrutura conceitual básica (várias normas);
- Concessões relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16).

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração do Grupo, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação. Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- IFRS 17 Contratos de seguros;
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à Estrutura Conceitual;
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1).

## 8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Bancos	1.895	123	75	1.914	123	75
Aplicações financeiras	4.266	213	-	4.266	213	-
<b>Total</b>	<b>6.161</b>	<b>336</b>	<b>75</b>	<b>6.180</b>	<b>336</b>	<b>75</b>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e possuem liquidez imediata, o rendimento médio das aplicações financeiras nos exercícios de 2020 e 2019 foram em torno de 85% do CDI.



## 9. Contas a receber

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	2018
Contas a receber	4.196	769	147
<b>Total</b>	<b>4.196</b>	<b>769</b>	<b>147</b>

Os saldos a receber de clientes são realizáveis em até 30 dias, para os quais a Companhia avaliou não haver o risco de inadimplência, por serem preponderantemente recebíveis de cartões de crédito.

## 10. Outros créditos

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	2018
Caixa restrito (i)	850	-	-
Adiantamento de aluguel	300	-	-
Despesas antecipadas	163	-	-
<b>Total</b>	<b>1.313</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Curto prazo</b>	<b>163</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>1.150</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) Refere-se à aplicação financeira dada em garantia de contrato de aluguel.

## 11. Investimentos

A movimentação dos investimentos da TC em controladas, em fase operacional ou pré-operacional até 31 de dezembro de 2020, encontram-se demonstradas a seguir:

	% Participação	Saldo em 31/12/2019	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
STC Matrix Ltda	99,99%	-	50	(43)	7
Tradersnews Ltda	99,99%	-	9	(9)	-
<b>Investimentos líquidos</b>		<b>-</b>	<b>59</b>	<b>(52)</b>	<b>7</b>

Sumário das demonstrações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2020:

	% Participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
TC Matrix Ltda	99,99%	19	153	215	-	7
Tradersnews Ltda	99,99%	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>19</b>	<b>153</b>	<b>215</b>		<b>7</b>



## 12. Imobilizado

### (a) Conciliação do valor contábil

#### i) Controladora

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
<b>Custo</b>					
Em 1º de janeiro de 2018 (não auditado)	25	50	-	-	75
Adições	28	16	-	-	44
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>53</b>	<b>66</b>	-	-	<b>119</b>
Adições	35	109	-	-	144
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>88</b>	<b>175</b>	-	-	<b>263</b>
Adoção NBC TG 06 (R3)/IFRS 16	-	-	-	3.976	3.976
Baixas NBC TG 06 (R3)/IFRS 16	-	-	-	(623)	(623)
Adições	481	1.336	667	-	2.484
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>569</b>	<b>1.511</b>	<b>667</b>	<b>3.353</b>	<b>6.100</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Em 1º de janeiro de 2018 (não auditado)	(2)	(3)	-	-	(5)
Depreciação	(3)	(12)	-	-	(15)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(5)</b>	<b>(15)</b>	-	-	<b>(20)</b>
Depreciação	(6)	(20)	-	-	(26)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(11)</b>	<b>(35)</b>	-	-	<b>(46)</b>
Depreciação	(36)	(130)	(55)	(509)	(730)
Baixas	-	-	-	147	147
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(47)</b>	<b>(165)</b>	<b>(55)</b>	<b>(362)</b>	<b>(629)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>					
Em 31 de dezembro de 2018	48	51	-	-	99
Em 31 de dezembro de 2019	77	140	-	-	217
Em 31 de dezembro de 2020	522	1.346	612	2.991	5.471

#### ii) Consolidado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
<b>Custo</b>					
Em 1º de janeiro de 2018 (não auditado)	25	50	-	-	75
Adições	28	16	-	-	44
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>53</b>	<b>66</b>	-	-	<b>119</b>
Adições	35	109	-	-	144
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>88</b>	<b>175</b>	-	-	<b>263</b>
Adoção NBC TG 06 (R3)/IFRS 16	-	-	-	3.976	3.976
Baixas NBC TG 06 (R3)/IFRS 16	-	-	-	(623)	(623)
Adições	481	1.492	667	-	2.640
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>569</b>	<b>1.667</b>	<b>667</b>	<b>3.353</b>	<b>6.256</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Em 1º de janeiro de 2018 (não auditado)	(2)	(3)	-	-	(5)
Depreciação	(3)	(12)	-	-	(15)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(5)</b>	<b>(15)</b>	-	-	<b>(20)</b>
Depreciação	(6)	(20)	-	-	(26)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(11)</b>	<b>(35)</b>	-	-	<b>(46)</b>
Depreciação	(36)	(133)	(55)	(509)	(733)
Baixas	-	-	-	147	147
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(47)</b>	<b>(168)</b>	<b>(55)</b>	<b>(362)</b>	<b>(632)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>					
Em 31 de dezembro de 2018	48	51	-	-	99
Em 31 de dezembro de 2019	77	140	-	-	217
Em 31 de dezembro de 2020	522	1.499	612	2.991	5.624



## 13. Intangível

### (a) Conciliação do valor contábil

#### i) Controladora e Consolidado

	Softwares	Software em desenvolvimento	Marcas e patentes	Total
<b>Custo</b>				
<b>Em 1º de janeiro de 2018 (não auditado)</b>	-	-	-	-
Adições	11	78	-	89
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>11</b>	<b>78</b>	-	<b>89</b>
Adições	18	103	-	121
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>29</b>	<b>181</b>	-	<b>210</b>
Adições	449	1.707	250	2.406
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>478</b>	<b>1.888</b>	<b>250</b>	<b>2.616</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
<b>Em 1º de janeiro de 2018 (não auditado)</b>	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	-	-	-	-
Amortização	(2)	-	-	(2)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(2)</b>	-	-	<b>(2)</b>
Amortização	(27)	-	-	(27)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(29)</b>	-	-	<b>(29)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>				
Em 31 de dezembro de 2018	11	78	-	89
Em 31 de dezembro de 2019	27	181	-	208
Em 31 de dezembro de 2020	449	1.888	250	2.587

## 14. Obrigações tributárias

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	2018
ISS a recolher	140	28	5
Pis e Cofins a recolher	231	80	7
IRPJ a recolher	1.215	14	49
CSLL a recolher	437	6	20
Impostos e contribuições à recolher s/ importação	18	-	-
Impostos retidos à recolher	30	4	-
<b>Total</b>	<b>2.071</b>	<b>132</b>	<b>81</b>

## 15. Imposto de renda e contribuição social

Abaixo apresentamos a reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	2018
<b>Apuração pelo Lucro Presumido</b>			
Receita Bruta de Vendas	42.983	-	1.147
Base (presumida) de IRPJ e CSLL	32%	-	32%
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	(II) 13.754	-	(II) 367
<b>Despesa com Imposto de renda</b>	<b>(3.417)</b>	-	<b>(70)</b>
<b>Despesa com contribuição social</b>	<b>(1.239)</b>	-	<b>(33)</b>
<b>Apuração pelo Lucro Real</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	602	-
(+) Adições	-	20	-
(-) Exclusões	-	-	-
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	-	(II) 622	-
<b>Despesa com Imposto de renda</b>	-	<b>(131)</b>	-
<b>Despesa com contribuição social</b>	-	<b>(56)</b>	-
<b>Total – Despesa de Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(I) (4.656)</b>	<b>(I) (187)</b>	<b>(I) (103)</b>
<b>Taxa efetiva (I)/(II)</b>	<b>34%</b>	<b>30%</b>	<b>28%</b>



## 16. Passivo de contrato

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	2018
Adiantamentos de clientes (serviços a prestar) (i)	1.948	573	237
<b>Total</b>	<b>1.948</b>	<b>573</b>	<b>237</b>

- (i) Os saldos de adiantamentos de clientes (serviços a prestar), referem-se aos contratos de prestação de serviços firmados até 31 de dezembro, com a obrigação de prestação subsequente (exercício seguinte) dos serviços, conforme previsto nos termos contratuais, diante do recebimento financeiro ter ocorrido de forma adiantada ao reconhecimento da receita.

## 17. Arrendamentos

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	2018
Arrendamentos (Circulante)	1.010	-	-
Arrendamentos (Não circulante)	2.041	-	-
<b>Total</b>	<b>3.051</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O Grupo arrenda imóveis administrativos (“arrendamento de imóveis”). Esses arrendamentos normalmente duram 3 anos, sem opção de renovação automática do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados com base nos acordos contratuais, para refletir os valores de mercado.

Trata-se do arrendamento da sede administrativa e operacional do Grupo. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2).

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo:

### (i) Ativos de direito de uso

	Arrendamento de imóveis
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	-
Adição – novo arrendamento	3.976
Despesa de depreciação do exercício	(509)
Baixa	(476)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>2.991</b>

### (ii) Valores reconhecidos no resultado

	2020	2019
<b>Arrendamentos</b>		
Juros sobre arrendamento	120	-

O Grupo não possui arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor reconhecidos como despesa.



### (iii) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa de 10,97% a.a., sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico do Grupo para a aquisição de um ativo em condições semelhantes. O cronograma de pagamento dos arrendamentos e conforme segue:

	2020	2019
<b>Arrendamento de imóveis</b>	3.524	-
(-) Encargos financeiros futuros	(473)	-
<b>Valor presente dos arrendamentos de imóveis</b>	3.051	-
<b>Curto prazo</b>	1.010	-
<b>Longo prazo</b>	2.041	-

A movimentação do arrendamento é conforme segue:

	2020	2019
<b>1º de janeiro</b>	-	-
Adições – novo arrendamento de imóvel	3.976	-
Baixas	(476)	-
Juros incorridos	120	-
Pagamento de principal e juros	(569)	-
<b>31 de dezembro</b>	3.051	-

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento de longo prazo é conforme segue:

	2020	2019
2021	-	-
2022	1.120	-
2023	921	-
<b>31 de dezembro</b>	2.041	-

### (iv) Potencial direito de PIS e Cofins

O indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados abaixo:

	2020		2019	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	(569)	(408)	-	-
PIS/Cofins potencial (9,25%)	53	38	-	-

### (v) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M média futura ao ano, para 3 anos, de 4,76% a.a., e representam os seguintes montantes:

Direito de uso			Passivo de arrendamento		
Fluxo real	2020	2019	Fluxo real	2020	2019
Direito de uso	2.991	-	Passivo de arrendamento	3.051	-
Depreciação	(309)	-	Despesa financeira	(93)	-
<b>Fluxo inflacionado</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Fluxo inflacionado</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Direito de uso	3.157	-	Passivo de arrendamento	3.244	-
Depreciação	(326)	-	Despesa financeira	(99)	-



## 18. Partes relacionadas

	Controladora		
	2020	2019	2018
<b>Ativo</b>			
TC Matrix Ltda (i)	170	-	-
<b>Total – Ativo</b>	<b>170</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>			
Pedro Geraldo de Albuquerque (ii)	-	358	218
Omar Ajame Zanatto Miranda (ii)	-	344	310
Israel Calebe Massa (ii)	-	80	49
Startups BR Holding Ltda (ii)	-	358	214
Guillermo Alejandro Parra Bernal (ii)	-	3	-
Javier Alejandro Ramacciotti (ii)	-	2	-
<b>Total – Passivo</b>	<b>-</b>	<b>1.145</b>	<b>791</b>

	Consolidado		
	2020	2019	2018
<b>Passivo</b>			
Pedro Geraldo de Albuquerque (ii)	-	358	218
Omar Ajame Zanatto Miranda (ii)	-	344	310
Israel Caleb Massa (ii)	-	80	49
Startups BR Holding Ltda (ii)	-	358	214
Guillermo Alejandro Parra Bernal (ii)	-	3	-
Javier Alejandro Ramacciotti (ii)	-	2	-
<b>Total – Passivo</b>	<b>-</b>	<b>1.145</b>	<b>791</b>

### (a) Empréstimos – Mútuos

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 (contexto operacional), a controlada TC Matrix Ltda. foi constituída em setembro de 2020, iniciando suas atividades àquela data. Por se encontrar em fase inicial de operações, sua controladora – TC aportou o caixa necessário para o início de suas atividades, sem a incidência de juros.
- (ii) Os empréstimos com partes relacionadas (sócios) foram realizados durante os anos de 2018 e 2019 para fortalecimento do caixa do Grupo, visando suprir possíveis deficiências de caixa provenientes da operação encontrar-se em *ramp-up* àquelas datas. Tais valores não possuem incidência de juros. Durante o ano de 2020, com a representativa geração de caixa realizada pelo Grupo, os valores foram integralmente liquidados.

### (b) Operações com o pessoal chave da administração

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2020	2019	2018
Sócios-Diretores   Benefícios de curto prazo	1.816	435	6
<b>Total</b>	<b>1.816</b>	<b>435</b>	<b>6</b>

## 19. Provisões para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das suas operações.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 o Grupo, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais, não possuía demandas judiciais com expectativa de perda provável, por isto nenhuma provisão foi constituída nos referidos exercícios.



Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos do Grupo e classificados com risco de perda possível, no montante de R\$ 15, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 20. Patrimônio Líquido

### (a) Capital social

Em 1º de janeiro de 2018, o capital social era de R\$100 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) quotas, de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, dos quais R\$45 (quarenta e cinco mil reais) estavam totalmente integralizados pelos sócios, em moeda corrente.

Durante o exercício social de 2018, houve aprovação do aumento de capital social da Empresa para R\$5.000 (cinco milhões de reais), dos quais R\$960 (novecentos e sessenta mil reais) foram integralizados naquele exercício, em moeda corrente, passando o capital social integralizado a ser de R\$1.005 (um milhão e cinco mil reais), em 31 de dezembro de 2018, representado por 1.005.000 (um milhão e cinco mil) quotas, de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. O restante de R\$3.995 (três milhões, novecentos e noventa e cinco reais) estava a integralizar ao término daquele exercício de 2018.

Durante o exercício de 2020, houve a integralização de capital social no montante de R\$3.995 (três milhões, novecentos e noventa e cinco reais), cujo aumento resultou em um saldo de R\$5.000 (cinco milhões de reais) de capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020, representado por 5.000.000 (cinco milhões) de quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas:

	2020	2019	2018
Israel Calebe Massa	8,4%	5,0%	5,0%
Pedro Bernardo de Albuquerque	37,8%	22,6%	22,6%
Omar Ajame Zanatto Miranda	9,4%	49,8%	49,8%
Startups BR Holding	37,8%	22,6%	22,6%
Guillermo Andres Parra Bernal	5,0%	-	-
Javier Alejandro Ramacciotti	1,5%	-	-
Pedro Medeiros Machado	0,1%	-	-
<b>Total de participação por ações</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

### (b) Reservas de lucros

A reserva de lucros totaliza R\$7.564 em 31 de dezembro de 2020. Tal reserva está aguardando reunião de sócios-quotistas que deliberará sobre aplicação dessa reserva no aumento do capital social ou na distribuição de lucros.

### (c) Distribuição de resultados

A destinação do lucro do exercício e a distribuição de lucros será aprovada pelos sócios-quotistas da Empresa, através de ata de reunião de sócios-quotistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os sócios-quotistas aprovaram uma distribuição de lucros no montante de R\$ 4.241, dos quais R\$ 2.850 foram utilizados para aumento de capital social no exercício de 2020.

## 21. Receita

O Grupo gera receitas através das vendas de assinaturas e treinamentos para desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial, realizados através da plataforma (Web e App) da TC.

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	2018
Receita com serviços de assinaturas (plataforma)	40.604	5.713	1.034
Receita com cursos e treinamentos	2.379	-	113
Impostos sobre as receitas	(2.857)	(696)	(71)
<b>Total</b>	<b>40.126</b>	<b>5.017</b>	<b>1.076</b>



## Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

<b>Tipo de serviço</b>	<b>Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas</b>	<b>Política de reconhecimento da receita</b>
Assinaturas	As faturas para a venda de assinaturas são emitidas mensalmente e normalmente os clientes parcelam o pagamento via cartão de crédito em 12 parcelas mensais ou efetuam o pagamento a vista.	A receita é reconhecida ao longo do tempo pelo método linear desde a data de liberação do acesso até a data do vencimento da assinatura. Para os clientes que efetuam o pagamento a vista, o excedente recebido é registrado como passivo de contrato no passivo circulante.
Cursos e Treinamentos	Os clientes obtêm controle dos cursos e treinamentos quando seu acesso é disponibilizado na plataforma, podendo o cliente realizar o treinamento a qualquer momento e por prazo indeterminado. Os clientes parcelam o pagamento via cartão de crédito em 12 parcelas mensais ou efetuam o pagamento a vista.  Todos os cursos oferecidos dão a possibilidade para o cliente de solicitar a devolução de seu pagamento em até 7 dias após a compra caso o cliente não se adapte à metodologia aplicada nos treinamentos.	A receita é reconhecida 7 dias após a liberação do acesso dos clientes aos treinamentos adquiridos.

## 22. Custos e despesas por natureza

	<b>Controladora</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Serviços prestados por terceiros	(7.295)	(1.218)	(440)
Serviços de marketing	(5.827)	(1.330)	(471)
Manutenção do sistema (plataforma)	(2.135)	(905)	(660)
Despesas de manutenção	(1.730)	(87)	(76)
Pessoal	(1.020)	(140)	(249)
Depreciação e amortização	(756)	(27)	(15)
Cursos e treinamentos	(628)	(25)	(57)
Outras	(2.631)	(671)	(62)
<b>Total</b>	<b>(22.022)</b>	<b>(4.403)</b>	<b>(2.030)</b>
Custo do serviço prestado	(6.272)	(1.419)	(916)
Despesas com vendas e marketing	(6.062)	(1.406)	(471)
Despesas gerais e administrativas	(9.688)	(1.578)	(647)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	4
<b>Total</b>	<b>(22.022)</b>	<b>(4.403)</b>	<b>(2.030)</b>

**Consolidado**

	2020	2019	2018
Serviços prestados por terceiros	(7.334)	(1.218)	(440)
Serviços de marketing	(5.827)	(1.330)	(471)
Manutenção do sistema (plataforma)	(2.135)	(905)	(660)
Despesas de manutenção	(1.731)	(87)	(76)
Pessoal	(1.020)	(140)	(249)
Depreciação e amortização	(759)	(27)	(15)
Cursos e treinamentos	(628)	(25)	(57)
Outras	(2.640)	(671)	(62)
<b>Total</b>	<b>(22.074)</b>	<b>(4.403)</b>	<b>(2.030)</b>
Custo do serviço prestado	(6.310)	(1.419)	(916)
Despesas com vendas / marketing	(6.062)	(1.406)	(471)
Gerais e administrativas	(9.702)	(1.578)	(647)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	4
<b>Total</b>	<b>(22.074)</b>	<b>(4.403)</b>	<b>(2.030)</b>

## 23. Resultado financeiro

**Controladoria e Consolidado**

	2020	2019	2018
<b>Receita financeira</b>			
Rendimento de aplicações financeiras	52	6	1
Descontos obtidos	3	-	-
Outras receitas	3	-	-
<b>Total da receita financeira</b>	<b>58</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
<b>Despesa financeira</b>			
IOF	(35)	(1)	-
Despesas bancárias	(34)	(5)	(3)
Juros passivo	(10)	(13)	(2)
Multa compensatória	(100)	-	(2)
Juros sobre arrendamento	(120)	-	-
<b>Total da despesa financeira</b>	<b>(299)</b>	<b>(19)</b>	<b>(7)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(241)</b>	<b>(13)</b>	<b>(6)</b>

## 24. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O Grupo não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.



Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, arrendamento e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	Controladora		
	Valor justo	Custo amortizado	2020 Total
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.895	-	1.895
Aplicações financeiras	4.266	-	4.266
Contas a receber	-	4.196	4.196
<b>Total</b>	<b>6.161</b>	<b>4.196</b>	<b>10.357</b>
<b>Passivos</b>			
Outras contas a pagar	-	337	337
Arrendamento	-	3.051	3.051
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.388</b>	<b>3.388</b>

Instrumentos financeiros	Consolidado		
	Valor justo	Custo amortizado	2020 Total
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.914	-	1.914
Aplicações financeiras	4.266	-	4.266
Contas a receber	-	4.196	4.196
<b>Total</b>	<b>6.180</b>	<b>4.196</b>	<b>10.376</b>
<b>Passivos</b>			
Outras contas a pagar	-	337	337
Arrendamento	-	3.051	3.051
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.388</b>	<b>3.388</b>

Instrumentos financeiros	Controladora e Consolidado		
	Valor justo	Custo amortizado	2019 Total
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	123	-	123
Aplicações financeiras vinculadas	213	-	213
Contas a receber	-	769	769
<b>Total</b>	<b>336</b>	<b>769</b>	<b>1.105</b>
<b>Passivos</b>			
Outras contas a pagar	-	60	60
Partes relacionadas	-	1.145	1.145
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.205</b>	<b>1.205</b>

Instrumentos financeiros	Controladora e Consolidado		
	Valor justo	Custo amortizado	2018 Total
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	75	-	75
Contas a receber	-	147	147
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>147</b>	<b>222</b>
<b>Passivos</b>			
Outras contas a pagar	-	38	38
Partes relacionadas	-	791	791
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>829</b>	<b>829</b>



Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

#### (a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

##### Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	Controladora		
	2020	2019	2018
<b>Ativos – Nível 2</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.895	123	75
Aplicações financeiras vinculadas	4.266	213	-
<b>Total</b>	<b>6.161</b>	<b>336</b>	<b>75</b>

	Consolidado		
	2020	2019	2018
<b>Ativos – Nível 2</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.914	123	75
Aplicações financeiras vinculadas	4.266	213	-
<b>Total</b>	<b>6.180</b>	<b>336</b>	<b>75</b>

##### Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

#### (b) Fatores de riscos

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

##### Estrutura de gerenciamento de risco

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Grupo.

#### (i) Risco de crédito

O Grupo está sujeito ao risco da inadimplência dos seus clientes, tanto pelo não pagamento dos serviços prestados ou produtos disponibilizados, como pelo não cumprimento de disposições contratuais. Quaisquer eventos que possam impactar negativamente a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações perante ao Grupo poderão resultar em perdas, bem como afetar o seu resultado operacional.



### (ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos do Grupo, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. O Grupo conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, bem como possui acesso ao mercado de capitais, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, acessar instituições financeiras e o mercado de capitais podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos do Grupo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento do Grupo.

### (iii) Risco de mercado

Os negócios do Grupo dependem principalmente de usuários que adquirem as assinaturas e treinamentos em sua plataforma online. Uma redução na procura pelos produtos ofertados pelo Grupo poderá afetar os ganhos do Grupo.

## 25. Segmentos operacionais

A Administração do Grupo, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento operacional, que são as prestações de serviços de treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial e, portanto, considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

## 26. Transações não caixa

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

	2020	2019	2018
<b>Transações de investimento</b>			
Adição de contrato de arrendamento	3.976	-	-
Baixas de arrendamento	(476)	-	-
<b>Transações de financiamento</b>			
Adição de direito de uso	3.976	-	-
Baixas de arrendamento	(476)	-	-

## 27. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possui cobertura de seguros para o imóvel arrendado, cujo valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$ 10.000.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros e suas premissas.



## 28. Eventos subsequentes

### Plano de remuneração baseado em quotas

Em 04 de fevereiro de 2021 foi aprovado o plano de incentivo baseado na outorga de quotas, em duas modalidades distintas: (a) outorga de quotas físicas; e/ou (b) outorga de quotas virtuais. Após transcorridos os períodos de elegibilidade, cada quota física do plano dá direito ao beneficiário a uma quota da Empresa. Já a quota virtual é a unidade representativa do direito do beneficiário de receber o valor correspondente a uma quota de emissão da Empresa, em dinheiro. Portanto, nenhuma quota do capital social da Empresa será entregue ao beneficiário em razão das quotas virtuais outorgadas.

O plano tem por objetivo promover: (a) a atração, motivação e retenção de executivos, diretores e prestadores de serviços-chave da Empresa; (b) o alinhamento dos interesses de tais pessoas aos interesses da Empresa e de seus Sócios; e (c) o estímulo à expansão da Empresa e ao atingimento de suas metas e resultados estabelecidos mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus executivos e colaboradores.

Por meio de aprovação de reunião de sócios, são firmados os instrumentos particulares de outorga de quotas físicas ou virtuais, conforme aplicável, celebrado entre a Empresa e cada um dos beneficiários, nos quais constam as condições específicas quanto aos participantes (beneficiários), o número total de quotas da Empresa objeto da outorga, respectivas regras específicas, inclusive do cálculo do preço de liquidação em caixa, no caso das quotas virtuais, e os prazos para exercício da conversão das quotas do Plano em quotas do capital social da Empresa. Os critérios de precificação (*valuation*) das quotas físicas e virtuais são idênticos.

Os contratos de outorga de quotas preveem que, na hipótese de desligamento do beneficiário por justo motivo, todas as quotas não exercidas, físicas ou virtuais, serão extintas. No caso de quotas físicas, a Empresa efetuará a recompra da totalidade dessas quotas detidas pelo beneficiário na data do desligamento pelo valor total e agregado de R\$100,00 (cem reais), independentemente do número de quotas físicas detidas pelo beneficiário. Para os desligamentos sem justa causa, a Empresa deverá pagar o valor das quotas virtuais ou recomprar as quotas físicas, liquidando-as em vinte e quatro parcelas mensais, corrigidas pelo CDI. Os beneficiários não terão direito ao exercício de nenhuma quota em caso de término do vínculo com a Empresa antes do fim do período de elegibilidade.

#### (i) Contratos de outorga de quotas

Em reunião de sócios de 04 de fevereiro de 2021 foram outorgadas 106.123 quotas, das quais 46.823 são quotas físicas e 59.300 quotas virtuais, por meio de Contratos de Outorga de Quotas firmados com determinados beneficiários.

Os beneficiários estão sujeitos a um período de elegibilidade de 12 meses, contados da data de início do benefício, cujo primeiro período de elegibilidade foi em janeiro de 2021. Após alcançada a data de elegibilidade, os beneficiários terão quotas plenamente adquiridas, mensalmente, a uma razão que varia entre os contratos de outorga entre 1/12 avos, 1/24 avos e 1/36 avos (*vesting period*). *Esse vesting period* pode ser alterado para 24 meses no caso de ocorrer um evento de IPO (abertura de capital social em bolsa de valores) ou de venda do controle da Empresa.

Após terem as quotas plenamente adquiridas, ou seja, após transcorridos os períodos de elegibilidade e *vesting*, os beneficiários terão até 10 anos, contados da data de assinatura do contrato de outorga, para notificar a Empresa e exercerem o direito de recebimento do prêmio, no caso das quotas virtuais, ou de converterem suas quotas do plano em quotas do capital social da Empresa, no caso de quotas físicas. Não há desembolso exigido dos beneficiários para o exercício do direito concedido pelos contratos de outorga de quotas.

Até esta data, a Empresa não recebeu nenhuma notificação de seus beneficiários. Conseqüentemente, não houve o exercício de nenhuma quota no âmbito do plano de remuneração baseado em quotas.

#### (ii) Reconhecimento e critérios de mensuração do valor justo

A Empresa deverá reconhecer uma despesa de remuneração em contrapartida ao aumento de patrimônio líquido durante o período em que o beneficiário adquirir o direito de exercer as quotas físicas a ele outorgadas (*vesting period*). Essa despesa ocorrerá da mesma forma para as quotas virtuais, entretanto será reconhecido um passivo representativo da obrigação de liquidação em caixa.



A mensuração das quotas físicas e virtuais devem corresponder ao valor justo das quotas da Empresa, conforme previsto em contrato de outorga. Para transações liquidadas em caixa (quotas virtuais), a Empresa deverá mensurar os serviços adquiridos e o passivo incorrido por meio do valor justo do passivo, conforme regra de precificação prevista no contrato de outorga.

Até 31 de dezembro de 2020, por não ter transcorrido nenhum *vesting period*, não houve efeito de mensuração do plano nas demonstrações financeiras da Empresa.

\* \* \*